

INTERPRETAÇÕES DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

INTERPRETATIONS OF CONTEMPORARY BRAZIL

Jorge Chaloub¹

Pedro Luiz Lima²

RESUMO

O presente artigo buscou evidenciar a estrutura interna comum à atividade, nem sempre consciente, de interpretar o Brasil contemporâneo, assim como pretendeu elencar alguns dos principais eixos temáticos em torno dos quais o país tem sido correntemente interpretado.

Palavras-chave: Pensamento político-social brasileiro; Interpretações do Brasil; Brasil contemporâneo; Ensaio; Ciência.

ABSTRACT

The present article aims to expose the most usual internal structures of the interpretations of contemporary Brazil and list some of its main thematic axes.

Keywords: Brazilian political and social thought; Interpretations of Brazil; Contemporary Brazil; Essay; Science.

O conceito de *interpretações do Brasil* é comumente representado como um resquício de outros tempos. Se toda época carrega determinado estilo típico de reflexão, esta prática seria mais afeita, nestes discursos, a certa pré-história do moderno mundo acadêmico, período habitado por generalistas despidos de método e

1 Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil. Email: jchaloub84@gmail.com.

2 Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Email: pedrollima@gmail.com.

afeitos a afirmações carentes de fundamentos empíricos. Para estes interlocutores, tal mundo teria acabado, felizmente superado pela moderna ciência social institucionalizada, lugar do *rigor* e ambiente protegido dos excessivos ruídos do mundo político. O presente texto - assim como o dossiê que ele introduz - pretende construir um ponto de vista distinto.

As interpretações e a querela do ensaísmo

Nosso argumento central é de que o conceito de *interpretação do Brasil* possui um caráter *híbrido*, presente tanto em trabalhos acadêmicos quanto em outras formas de expressões, e se distingue por três características fundamentais: uma pretensão de *totalidade*; o diálogo, implícito e explícito, com diversas disciplinas; e certo pendor, mesmo que indireto, de *intervenção na conjuntura*. Recusa-se, assim, a circunscrição do gênero a determinado momento histórico, por mais que determinados modos de se pensar o país possam ser definidos como *estilos de pensamento*, à moda de Mannheim (1959), enquanto formas de expressão diretamente vinculadas a conjunturas sócio-históricas determinadas. A maleabilidade que marca o gênero permite sua possível reprodução, de forma explícita ou velada, em ambientes aparentemente inóspitos a suas características. Deste modo, pesquisas consonantes às mais rígidas exigências metodológicas podem, sem problemas, construir narrativas típicas destas grandes interpretações, assim como textos apresentados como pertencentes aos ensaios interpretativos podem, e frequentemente o fazem, trazer contribuições para novos olhares na academia contemporânea. A evidência de que a crescente especialização limita, cada vez mais, o olhar mais amplo típico das *Interpretações* não impede que elas continuem a despontar, ano após ano. Desde 2016 intelectuais de formação, preferências políticas e trajetórias acadêmicas diversas se dedicaram a trabalhos

que, sem maior esforço, podem ser enquadrados no estilo. Trata-se de nomes como os de André Singer (2018), Armando Boito (2018), Bolivar Lamounier (2016) Fernando Henrique Cardoso (2018), Jessé Souza (2017), José de Souza Martins (2016) José Maurício Domingues (2017), Laura Carvalho (2018), Leonardo Avritzer (2016), Pedro Malan (2018), Renato Janine Ribeiro (2018), Vladimir Safatle (2017), Wanderley Guilherme dos Santos (2017), dentre outros que facilmente engrossariam essa lista.³ Mesmo que a recente produção supere a das últimas décadas em volume, não se trata de um renascimento, mas de uma permanência no campo intelectual brasileiro. Nos anos 1990, por exemplo, autores como Luiz Werneck Vianna (1991), José Luís Fiori (1995) e Marco Aurélio Nogueira (1998) produziam de acordo com as linhas do gênero.

O tema não é recente. Ele emula os debates entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes sobre a sociologia brasileira (FERNANDES, 1977a, 1977b; RAMOS, 1960, 1995), nas décadas de 1950 e 1960, assim como as divergências entre Wanderley Guilherme dos Santos e Antônio Otávio Cintra (SANTOS, 2017), nos anos 1960, dentre outros embates intelectuais. A questão atravessa, em suma, as reflexões sobre a própria constituição do campo das Ciências Sociais no Brasil. Parte central da consolidação de áreas do conhecimento é a disputa em torno dos discursos válidos e reconhecidos. Cortes abruptos em relação ao passado e distinções enfáticas ante esforços próximos costumam integrar esse momento de amadurecimento. O que surpreende, todavia, é a persistência desse momento de reafirmação identitária, mesmo quando a maturidade bate à porta.

A superação de uma barreira simplória entre o passado das Interpretações e a modernidade instituída pelas modernas metodologias demanda um olhar mais refinado, que reconheça a complexidade

3 Tema tratado em artigo de Fernando Perlatto e Diogo Tourino de Sousa (PERLATTO E SOUSA, 2018), publicado neste mesmo dossiê.

dos dois pretensos polos. Percebe-se, assim, a viva *contemporaneidade* das antigas interpretações e as veladas continuidades em trabalhos mais recentes. Como bem apontam Luiz Carlos Jackson e Alejandro Blanco (2014, p. 37-81), o dito ensaísmo brasileiro da década de 1930, que ainda hoje persiste como arquétipo das *Interpretações do Brasil*⁴, mobilizava explicitamente a mais moderna ciência social da época, o que bem expõe o caráter híbrido acima mencionado. Por outro lado, como já mencionado, continuamos a produzir interpretações do Brasil em ampla escala, não apenas contemporaneamente, mas ao longo de todo o processo de institucionalização da disciplina. O pertencimento ao estilo não demanda o claro reconhecimento dos próprios autores. Tendo em vista que os desdobramentos de um texto em muito ultrapassam as percepções do próprio autor – não apenas em relação às suas apropriações, mas também em sua estrutura –, muitos dos que compõem interpretações do Brasil contemporâneo não se reconhecem enquanto tais. O fato, entretanto, deve ser tratado mais como sintoma do estado da arte do mundo acadêmico das Ciências Sociais do que como critério de análise dos trabalhos.

O discurso de recusa à contemporaneidade das interpretações usualmente se funda em dois argumentos. O primeiro aponta para a impossibilidade de o cultor contemporâneo desse estilo conhecer, e sobretudo contribuir, a campos de pesquisa crescentemente complexos e especializados. As teorias gerais típicas das interpretações do país seriam, portanto, datadas, marcas de um país e de um estilo de reflexão anacrônico, em sua ostensiva simplicidade, que não teria mais lugar na Universidade moderna. O segundo ponto - diretamente relacionado ao precedente – dedica-se a desconstruir as supostas virtudes do campo em tempos de outras exigências acadêmicas, afirmando a vagueza dos objetos, o excessivo subjetivismo e a frouxidão metodológica.

4 É fundamental, para o estabelecimento deste cânone, a contribuição do famoso prefácio de Antônio Candido, escrito em 1967 e publicado dois anos depois, na quinta edição de *Raízes do Brasil*.

Bons exemplos desses argumentos estão em dois breves textos, publicados como respostas a uma pergunta da revista de divulgação *Ciência Hoje*⁵, sobre a atualidade dos ensaios de interpretação do Brasil. Seus autores, Renan Springer e Leopoldo Waizbort, são acadêmicos reconhecidos por seus pares com relevantes trabalhos na área de teoria social. Ambos recusam enfaticamente a contemporaneidade da forma de expressão. Waizbort constrói, em poucos parágrafos, o primeiro argumento acima mencionado, que vê no exercício dos ensaios de interpretação um insuperável descompasso ante o desenvolvimento da academia nas últimas décadas. O acúmulo de conhecimento tornaria já limitados os esforços para alcançar uma “perspectiva globalizante dentro da especialidade” e condenaria decisivamente as pretensões mais amplas das interpretações. Seu estilo de expressão seria um objeto de outras épocas, ainda estimulante, mas impossível de ser repetido. Springer, por sua vez, argumenta pelo anacronismo dos ensaios de interpretação do Brasil em razão do seu supostamente estéril esforço de síntese e de certa propensão nacional a exercícios de “ajuste de contas com o passado”. O sociólogo estende ao campo das interpretações do Brasil – que não se destacariam, com raras exceções, por relevantes contribuições – sua crítica às sínteses teóricas e raciocínios teóricos sistemáticos (FREITAS, FIGUEIREDO, 2009; FREITAS, 2017).

Em precisa síntese sobre outros discursos nos quais as interpretações do Brasil ganham novos lugares nas prateleiras acadêmicas, despidas do seu potencial heurístico e estatuto teórico, Renato Lessa afirma: “não se trata mais de ler os ‘intérpretes do Brasil’, para neles buscar explicações a respeito do que é o país. Com frequência, o caminho é o inverso: são eles é que exigem o ser explicados, agora como objetos de uma história intelectual” (LESSA, 2011, p. 18). Trata-

5 Disponível em <http://cienciahoje.org.br/artigo/ensaios-de-interpretacao-do-brasil/>

se, segundo o filósofo político, de uma passagem do paradigma da *interpretação* dos fenômenos políticos para o da *explicação*.

Todos os esforços de interpretação do Brasil por certo possuem as marcas do seu tempo, às quais nenhuma obra consegue escapar. Soam, entretanto, mais arcaicos os motivos de uma radical recusa a suas contribuições do que os argumentos que buscam nelas perceber traços de continuidade. É evidentemente absurda a ideia de reconstruir fielmente o estilo de tradicionais interpretações do Brasil. O Pierre Menard de Borges se viu frustrado no seu intuito de reescrever Dom Quixote não apenas pelas distâncias do tempo histórico, mas também devido à própria existência do clássico de Cervantes. Do mesmo modo, retomar projetos como os de Freyre e Faoro encontra na própria existência desses clássicos um obstáculo a sua reescritura. A escolha por reivindicar a atualidade das interpretações não implica, contudo, nenhuma recusa por novos métodos e técnicas de pesquisa, mas sim busca compreendê-las em chave não antagonica a um acúmulo de ideias sobre a sociedade brasileira.

As interpretações e o pensamento político-social brasileiro

Desponta ao primeiro olhar uma constatação sobre as interpretações do país: creia-se ou não no vigor do estilo, que elas existem, existem. Figuram frequentemente como livros mais citados dentre as grandes obras das ciências sociais brasileiras (BRANDÃO, 2007) e não somente demonstram força no cenário contemporâneo (PERLATTO e SOUSA, 2018), como tem sido fartamente redigidas ao longo das últimas décadas. A questão central passa, sobretudo, por questionar as atuais condições da sua prática no cenário atual. Fazendo uma interrogação a partir do título do presente dossiê: no que consistem as interpretações do Brasil contemporâneo?

Marcos Nobre enfrentou o tema (2014) a partir da obra do economista Marcos Mendes, “Por que o Brasil cresce pouco?” (2014). O filósofo vê as interpretações do Brasil como um estilo que à primeira vista parece ter desaparecido, marca de uma outra época progressivamente substituída pelos produtos da academia especializada e da disputa político-partidária. As razões desta decadência estariam diretamente ligadas a três fatores: “ao longo declínio do modelo de sociedade nacional-desenvolvimentista; aos padrões estabelecidos pela tradição intelectual do pensamento social brasileiro; e ao desenvolvimento da universidade nas últimas décadas” (NOBRE, 2014, p. 98).

O livro de Mendes não se enquadraria, contudo, em nenhum dos dois espaços apontados por Nobre, distante dos preceitos mais rígidos da academia, mesmo que não abandone seu rigor conceitual, e carente de vínculos partidários mais diretos. Ele responderia a um debate ausente – na perspectiva de Nobre – no pós-1988, falando a um público mais amplo e debatendo de forma qualificada temas centrais para o Brasil, como a economia e a política, em chave que ultrapassa os marcos excessivamente restritivos hegemônicos nos espaços acadêmicos. A interdisciplinaridade característica das Interpretações do Brasil não segue a mesma toada da praticada na academia, mas carrega maior capacidade de transitar entre os campos necessários para a construção dos seus argumentos. Mendes, todavia, não escreveria contra a academia. Segundo Nobre, “a arena de debate própria do ‘pensar o país’ pode ser retomada em novo patamar, com a vantagem de poder integrar agora o impressionante desenvolvimento dos conhecimentos disciplinares das últimas décadas” (NOBRE, 2014, p. 101). O texto de Nobre parece abrir caminho para suas próprias contribuições recentes, na imprensa e em livros⁶, que buscam *interpretar*, a partir do conceito de *peemedebismo*, a conjuntura posterior à redemocratização.

6 Um bom exemplo é NOBRE, 2013.

O filósofo toma como sinônimos os campos das Interpretações do Brasil e do Pensamento Social, distinção que é fundamental para compreender a atualidade desse estilo de pensamento, e evitar uma premissa do seu texto que nos parece imprecisa: a ideia de que em certo momento as interpretações do Brasil foram deixadas de lado, eclipsadas pelas arenas acadêmica e partidária.

Christian Lynch (2013) distingue o conceito de *pensamento político* perante a *teoria política* a partir de certa consciência periférica, herdeira de uma filosofia da história eurocêntrica. A normalização da universalidade de certas teorias cêntricas condicionaria os modos de expressão no Brasil, de modo que, seja sob o paradigma do *cosmopolitismo periférico*, vigente até 1922, ou sob o posterior *nacionalismo periférico*, os intelectuais brasileiros estariam sempre a restringir o alcance de suas teorias à realidade brasileira. Na perspectiva de Lynch, o pensamento político brasileiro seria, portanto, uma forma de teoria política a partir da periferia, representativa de uma série de práticas e visões de mundo.

A reflexão desenvolve, por um lado, a agenda de interpretar a imaginação política brasileira como chave para compreender as diversidades da *práxis* política nacional, desenvolvida por Wanderley Guilherme dos Santos em sua pesquisa ao longo dos anos 1950 e 1960. Nesta perspectiva, a história das ideias⁷ surge como chave para compreender a trajetória social e política do país. Movimento semelhante, deve-se destacar, recebe acento mais sociológico em autores como Sérgio Miceli (2001), Élide Rugai Bastos (2006), André Botelho (2007) e Angela Alonso (2001), que buscam na sociologia dos

7 O termo é utilizado de forma ampla. Em uma análise mais detida sobre o estado da arte do pensamento político-social brasileiro contemporâneo seria necessário apontar a crescente influência das perspectivas metodológicas da história das ideias de corte *collingwoodiano*, com destaque para Quentin Skinner e John Pocock, da história dos conceitos, de Reinhart Koselleck, e da escola francesa do político, de Pierre Rosanvallon. Para um panorama das duas primeiras variantes, ver JASMIN E FERES, 2006.

intelectuais, mais do que nas variantes de história intelectual, a chave para compreender esse cenário.

Por outro lado, a agenda abre caminho para entender o pensamento político, ou social, como uma *teoria política a partir do Sul*, próxima aos esforços de Gildo Marçal Brandão (2007) e às reflexões de João Marcelo Maia, e do próprio Lynch, de aproximar o Pensamento Político Social brasileiro das diversas teorias pós-coloniais (MAIA, 2010, 2011, 2015; LYNCH, 2015). Tais trabalhos mais recentes, por sua vez, dialogam com a composição entre Teoria Social, história das ideias e sociologia dos intelectuais desenvolvida desde os anos 1980 por autores como Luiz Werneck Vianna (2004), Maria Alice Rezende de Carvalho (2007), Milton Lahuerta (2010), Rubem Barboza Filho (2010) e, mais recentemente, Fernando Perlatto (2016). Também conversam com a perspectiva de Ricardo Benzaquen de Araújo (2005), que constrói suas pesquisas no campo a partir de um fino mosaico de tradições historiográficas, sociológicas e antropológicas.

Pensamos ser possível propor outro possível campo de atuação para o Pensamento político-social brasileiro. Antes, todavia, é preciso distingui-lo da ideia de *interpretações do Brasil*. As interpretações são o objeto sobre o qual trabalha o pensamento político-social. Se os objetos de análise do campo, as interpretações do país, por certo são anteriores à institucionalização da pesquisa universitária no país, a delimitação do campo do pensamento político-social é contemporânea à mesma. Em outros termos, a definição desta área de pesquisa e a preocupação de intitulá-la “pensamento político-social brasileiro” decorre da perda da hegemonia do gênero estudado pela mesma. É em um mundo onde as interpretações são proporcionalmente mais raras que emerge a necessidade de construção de tal campo.

São muitas as narrativas da determinação do campo, e a respectiva escolha dos seus pais fundadores, mas pensamos não ser excessivamente polêmica a ideia de que seu objeto de análise são

textos dotados das características apontadas no início desse trabalho: a pretensão de totalidade, o diálogo com vários campos disciplinares e o anseio de influir na conjuntura. Todos esses traços remetem – mesmo que não possam ser resumidos – à ideia de ensaio. Starobinski (2011) retrata o ensaio como um discurso sobre o mundo sem qualquer pretensão de sistematicidade e com algum grau de autorreflexão sobre o lugar da obra e do autor. O estilo seria fragmentário e preocupado com o fugaz, o aparentemente supérfluo, e justamente por isso teria grande capacidade de perceber aspectos relevantes do mundo. Não é possível, entretanto, reduzir as interpretações do Brasil à forma-ensaio. O campo do pensamento político-social brasileiro retrata obras diversas enquanto exercícios de interpretação do Brasil, muitas das quais estão, todavia, distantes dessa forma de expressão. O campo é usualmente composto de textos *híbridos*, mas com ênfases diversas. Enquanto algumas mais se assemelham a esforços historiográficos, outras enfatizam a antropologia, as instituições políticas, a psicologia social, dentre uma miríade de formas possíveis. Mesmo alguns dos clássicos da década de 1930, como Caio Prado Junior, frequentemente tomados como arquétipos do gênero, não se enquadram com facilidade no modelo ensaio. A marca das interpretações do Brasil é, portanto, a diversidade, que não pode ser limitada a períodos históricos ou áreas do conhecimento.

A crescente e relevante expansão das reflexões na universidade antes expandem que limitam as possibilidades do Pensamento político-social. Como bem apontou Nobre (2014), não há contraposição necessária, mas um campo aberto a que o amplo acúmulo de conhecimento produzido pela Universidade permita a construção de mais complexos argumentos de interpretação do país. Por um lado, autores centrais do campo do pensamento político social, como Wanderley Guilherme dos Santos e Luiz Werneck Vianna, desdobraram em pesquisas empíricas, organizadas segundo os mais exigentes

figurinos metodológicos, suas reflexões anteriormente desenvolvidas em esforços de interpretação do Brasil. Estão claramente presentes os vínculos entre a tese de doutorado de Wanderley Guilherme, o Cálculo do Conflito (2004), de 1979, e sua reflexão de 1978 sobre a *práxis liberal* no Brasil, os dois trabalhos preocupados em compreender os limites de uma ordem burguesa ante as especificidades brasileiras e ciosos em responder às causas das inúmeras reincidências autoritárias em nossa história. Também são evidentes as relações entre os conceitos de americanismo e iberismo, desenvolvidos por Werneck Vianna em A Revolução Passiva no Brasil (2004), e suas reflexões sobre a Judicialização da Política (1999) no país, pensada como um modo de expor a possível composição entre o protagonismo da sociedade civil do americanismo e a valorização do público típica da tradição ibérica. Por outro lado, obras aparentemente distantes de qualquer esforço típico do campo do Pensamento político-social podem construir claras *interpretações do Brasil*, muitas vezes a despeito das suas intenções.

O Pensamento político-social é precisamente o instrumento apto a desnudar esses pressupostos e expor tais vínculos. Ele pode, neste sentido, assumir o lugar de uma *epistemologia das humanidades brasileiras*, de modo a expor os pressupostos e visões de mundo subjacentes a tal produção de conhecimento. Tal proposta não implica ignorar as reflexões epistemológicas de cada uma das específicas áreas de conhecimento, mas pretende propor um olhar que perceba as visões de mundo pressupostas, e as continuidades ante tradições intelectuais pregressas, em meio ao discurso de especialização e ruptura com o passado que usualmente marca a produção acadêmica especializada. Nenhum conhecimento científico possui fundamentos evidentes por si mesmos ou é capaz de falar sem mediações dos objetos. As pesquisas, de modo diverso, amparam suas proposições em pressupostos de outra ordem, muitos dos quais com evidentes repercussões públicas.

O olhar sobre essa dimensão abre todo um campo de pesquisa para o pensamento político-social brasileiro.

Dualismos, Continuidades, Repetições

A partir da diluição das fronteiras entre interpretação e ciência, podem-se notar diversas linhas de continuidade entre a atual produção da ciência social brasileira e as tradições pregressas do pensamento-político social. Para dar conta dessas continuidades e descontinuidades, a reflexão sobre as interpretações do Brasil contemporâneo deve identificar certas precauções de método, algumas das quais foram formuladas no artigo clássico de Gildo Marçal Brandão.

Por um lado, há que se desconfiar de supostas novidades radicais e de autoproclamados inovadores. Mesmo porque, via de regra, “o enconstradição é a ocorrência de grupos intelectuais (e políticos) novos que se comportam como se a história começasse com eles, como se existisse um grau zero na política ou em qualquer atividade coletiva” (BRANDÃO, 2007, p.63). Correlata desta tendência seria também o apego a grandes fórmulas de repetição e continuidade que explicariam tudo sob a premissa do “nada de novo sob o sol”.

Por outro lado, Brandão também sublinha que a ânsia por classificar em linhagens pode fazer perder de vista pontos de interseção onde, de fato, costumam-se formular as interpretações do Brasil: “nem todos os ‘pensadores político-sociais’ se enquadram nesta ou naquela linhagem, em vários convivem almas contrapostas e nem sempre a proclamada é a real” (Idem, p.38). Buscar a distinção em linhagens ajuda a organizar o olhar retrospectivo sobre o pensamento político-social, mas não se deve perder de vista o imperativo de reconhecer, especialmente no que tange às interpretações contemporâneas, as muitas “polarizações ambíguas ou conciliações produtivas, sublimes coerências ou ecletismos maltemperados” (Idem, p.39).

Há certas formas de olhar para a vida política nacional que atravessam linhagens, correntes e paradigmas, formando conjuntos heteróclitos de autores. Nesse sentido, foram e permanecem sendo corriqueiras as perspectivas que recaem em *dualismos* e terminam por engessar na análise aquilo que, na realidade, permaneceria dinâmico e contraditório. A reiteração, explícita ou implícita, destes dualismos por vezes vincula autores e linhagens insuspeitos de familiaridade, o que poderá ser percebido por breve tratamento de três formas típicas de argumentação dualista: a distinção cerrada entre *Estado e sociedade*; a contraposição entre *arcaico e moderno*; e a separação estrita entre *interno e externo*.

É cara à tradição liberal do pensamento político brasileiro uma distinção entre Estado e sociedade que identifica nesta o ambiente potencialmente saneador do que seriam os vícios congênitos do Estado. Ao menos desde Tavares Bastos, publicista do Império, este dualismo estrutura diferentes modos de pensar o Brasil. Em Raymundo Faoro, o dualismo adquire talvez sua formulação mais influente, com a célebre tese da dominação estamental que se exerceria sobre a sociedade por meio de um Estado sobranceiro, herança ibérica que atravessaria os séculos sem se fazer permeável à dinâmica social dos interesses. Interessa notar que o dualismo não frequenta apenas as interpretações de corte liberal e que, por vezes, o mesmo autor que o rechaça numa análise histórica termina por adotá-lo no tratamento de questões contemporâneas.

Na obra clássica de Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil* (1978), por exemplo, o que ele chama de “dominação corporativa” dos anos 1930 é relacionada diretamente, a contrapelo das leituras dualistas, aos interesses empresariais. Trata-se, pois, das formas contraditórias da dominação burguesa no Brasil, onde o liberalismo se realizaria através de seu oposto, funcionalizando o autoritarismo para seus próprios fins. Voltando-se para a política

brasileira durante os governos Lula (2003-2010), Werneck Vianna parece reassumir em sua análise aquele mesmo dualismo que teria convincentemente rechaçado em seu estudo sobre a Era Vargas. Dois artigos em particular (“O Estado Novo do PT” e “A viagem (quase) redonda do PT”) revelam a recaída dualista, com a afirmação dos “movimentos de cooptação” dos movimentos sociais pelo Estado e com o diagnóstico da “heteronomia dos sujeitos na trama do social”. A pressuposição da sociedade civil como *locus* da autonomia dos sujeitos sociais e do Estado como elemento quase parasitário daquela potência originária reduz, evidentemente, as margens para uma apreensão das efetivas contradições que fundamentam o Estado no contexto capitalista.

Em chave relativamente distinta, o dualismo reaparece no cerne de uma das mais célebres interpretações do Brasil contemporâneo. Em *Imobilismo em Movimento* (2013), o filósofo Marcos Nobre busca compreender as causas pelas quais a Nova República seria marcada pelo fenômeno que caracteriza como *peemedebismo*. Importa notar que toda a estrutura da sua interpretação se constrói a partir do binômio *sistema político/modelo de sociedade*, o que fundamenta seu diagnóstico de que desde a abertura democrática de meados dos anos 1980 haveria um hiato entre as demandas democratizantes da sociedade e as tendências de “blindagem do sistema político contra a sociedade” (NOBRE, 2013, p.8). Salta aos olhos, aqui, que a premissa de um conservadorismo atávico do “sistema político” vai de par com o pressuposto, nunca questionado, do avanço cultural e da *vitalidade democrática* de uma *sociedade* tratada como se fosse unidade indiferenciada. Em suas próprias palavras, explicitando o cerne dualista do argumento: “Toda essa vitalidade democrática só cabe mesmo em uma sociedade inteiramente auto-organizada. Não cabe em um sistema político *separado* da sociedade” (Idem, p.145, grifo nosso).

Em última instância, apartar o Estado da sociedade implica uma dupla indistinção: de um lado, induz a certa sublimação dos interesses antagônicos, diferenças e conflitos constitutivos da sociedade. De outro lado, fundamenta interpretações históricas que achatam distinções e nuances entre governos e partidos políticos em nome de um “sistema político” compreendido como entidade autorreferente.

O dualismo arcaico/moderno desenvolve-se em termos análogos aos que vimos acima. Para observar uma forma consagrada de sua elaboração, as disputas em torno do controverso conceito de patrimonialismo constituem ponto de observação privilegiado. A classificação weberiana sobre os tipos de dominação legítima aporta entre nós com Sérgio Buarque de Holanda, e tem nas obras de Raymundo Faoro (1958) e Simon Schwartzman (1975) algumas de suas formulações clássicas. Dominação de tipo tradicional que implica a interpenetração das esferas pública e privada, o patrimonialismo, sempre aquém da propriamente moderna dominação racional-legal, seria para muitos uma expressão do atraso cultural e institucional do país. Dinâmica política baseada em “cooptação” e não em “representação”, para Schwartzman. Ou baseada nos projetos autoritários de “modernização”, em vez da “modernidade”, para Faoro. Mas para além da pesquisa bibliográfica e das múltiplas obras que reproduzem atualmente o dualismo (cf., p. ex., Lamounier, 2016), o debate sobre patrimonialismo lança nossa análise ao terreno da luta política, onde as interpretações ganham vida e tornam-se projetos de país⁸.

Tornou-se moeda corrente na esfera pública brasileira de tempos recentes o uso do termo patrimonialismo para se referir à

8 Para um magistral levantamento crítico sobre a trajetória do “patrimonialismo” nas ciências sociais brasileiras e sobre os modos pelos quais o conceito transcende o discurso especializado e alcança a esfera pública, cf. VIANNA (1999). Para um rigoroso estudo sobre o assunto daquele que se tornou, nos últimos anos, notório crítico da “tese do patrimonialismo”, cf. SOUZA (2000).

estrutura institucional em que a norma seriam os desvios de dinheiro público para fins privados. No patrimonialismo grassa, portanto, a corrupção – e, nesse discurso difuso de notável ressonância talvez já consolidado em senso comum, o problema residiria quase que exclusivamente no Estado e em seus agentes, obstáculos para que um moderno regime de competição econômica se instaurasse entre nós. Note-se que esse discurso passou a organizar uma interpretação do Brasil capitaneada também por operadores do direito que se arrogaram em cruzados da “luta contra a corrupção”. É evidente a força de atração de uma lógica que tende a reduzir todos os problemas do país a uma única causa, como vemos nestes excertos: “[trata-se de] proteger a sociedade contra desvios de dinheiro que causam a morte, miséria, doença e analfabetismo”; “a população é despojada de suas necessidades mais básicas e vai para a cama faminta toda noite por causa da corrupção”; “a corrupção sistêmica que enfrentamos é um crime contra a humanidade, viola os direitos humanos e sangra uma nação” (DALLAGNOL, 2017, p.29, 43 e 48). Não resta margem para dúvidas, pois, de que o ativismo judicial endêmico que assola o país a partir da Operação Lava Jato é portador de uma interpretação – e que ela seja formulada nos toscos termos que observamos talvez induza aos erros de não estudá-la com a devida seriedade ou de limitá-la a produto da má-fé de seus adeptos⁹.

O dualismo arcaico/moderno aparece, não raro, atrelado a demarcações rígidas entre o interno e o externo. Ao nosso atraso local corresponderia a efetivação plena do moderno no plano externo, e

9 Sobre a interpretação do Brasil presente nos discursos públicos de proeminentes “juristas políticos”, cf. CHALOUB e LIMA (2018). Para o argumento na chave da má-fé, cf. SOUZA (2016 e 2017). Em contraponto, segundo a cautelosa leitura de André Singer: “Não é possível comprovar, a partir dos dados disponíveis, que o roteiro de ações da Lava Jato tenha sido planejado com a finalidade precípua de criminalizar o PT e Lula e provocar a queda de Dilma, mas pode-se dizer que esse foi o seu *efeito objetivo*, com uma importante contribuição dos meios de comunicação” (SINGER, 2018, p.246, grifo nosso).

desta idealização decorreram, de fato, inúmeros projetos políticos que buscavam ora a cópia de modelos externos, ora a abertura cultural e econômica para que aqueles modelos adentrassem fronteiras nacionais e reformassem o país por dentro.

Antídotos contra os limites das interpretações dualistas encontram-se nas obras dos mais diversos autores. Wanderley Guilherme dos Santos, por exemplo, recusa o duplo dualismo Estado-Atraso/Sociedade-Moderno quando formula a sua noção de “clientelismo concentrado”, nublando as fronteiras entre Estado e sociedade e atribuindo as mazelas da corrupção aos oligopólios empresariais que teriam livre circulação pelos corredores do poder político (SANTOS, 2004).

Mais recentemente, em *A democracia impedida* (2017), o cientista político elabora argumento consistente na contramão dos que concebem o Brasil como mero depositário de tendências exógenas obsoletas. Segundo Santos, o *golpe parlamentar* de 2016 representaria uma das primeiras ocorrências, em grande escala, da tendência global de reação oligárquica contra as instituições democráticas. Estaríamos, pois, antecipando um movimento antidemocrático que tenderia a se alastrar pelos países ocidentais. Estaríamos, enfim, na vanguarda do atraso.

Considerações finais

O presente artigo buscou evidenciar a estrutura interna comum à atividade, nem sempre consciente, de interpretar o Brasil contemporâneo, assim como pretendeu elencar alguns dos principais eixos temáticos em torno dos quais o país tem sido correntemente interpretado. Notamos que há uma complexa delimitação para que se possa chegar a uma definição densa do que seja interpretar o Brasil contemporâneo.

De um lado, há que se perceber na *interpretação* o esforço, via de regra interdisciplinar, para dar conta de fatos sociais totalizantes¹⁰. Nesse sentido, a tensão entre o ofício de *interpretar* e as tendências acadêmicas de especialização não implica necessariamente um jogo de soma zero entre interpretação e discurso científico especializado. Como afirma Renato Lessa, “qualquer pretensão explicativa, por mais ingênua que possa ser a candura de sua autoapreciação, jamais fugirá dos limites e das possibilidades estabelecidos por modalidades de interpretação” (LESSA, 2011, p.17). Por vezes, faz-se interpretação, ou seja, constrói-se um discurso totalizante (e, enquanto tal, falível) mesmo quando se presta cega obediência aos rígidos protocolos metodológicos de ciências ditas empíricas e se pensa produzir demonstrações insofismáveis.

Para mantermo-nos nos termos da transição pesquisada por Lessa, deve-se perceber que a trilha “da interpretação à ciência” não é uma via de mão única. Não há, portanto, distinção estrita entre “ciência” e “interpretação”, mas antes uma interpenetração cada vez mais frequente, que tende a se intensificar à medida que certos preconceitos cientificistas cederem lugar ao reconhecimento do *nervo interpretativo* de seus enunciados com maior potencial de generalização. E à medida que o pensamento político brasileiro venha a transcender os limites dos estudos monográficos, que prendem a disciplina aos horizontes restritos da história das ideias e dos conceitos, alcançando assim rica interlocução com os achados das pesquisas especializadas. A interpretação reside, em suma, na confluência entre ser e dever ser, e as postulações normativas lhe pertencem como elemento constitutivo inelutável.

10 Adaptamos, com certa cautela, o termo clássico de Marcel Mauss. Em sua obra, o “fato social total (...) põe em ação, em certos casos, a totalidade da sociedade e de suas instituições e, noutros casos, somente um número muito grande de instituições. (...) Todos esses fenômenos são ao mesmo tempo jurídicos, econômicos, religiosos, e mesmo estéticos, morfológicos etc.” (MAUSS, 2003, p.309).

De outra parte, assim como *interpretar* exige reconhecer a especificidade dessa forma (em contraste, pois, com *explicar, descrever, demonstrar*), tampouco é intuitiva a delimitação do que seja o *Brasil contemporâneo*. O Brasil é, por óbvio, uma unidade territorial cujos limites fronteiriços não condizem com qualquer perspectiva válida sobre o país como *unidade de análise*. Pensar o Brasil é, de imediato, incorporar a África que nos constituiu por dentro durante séculos de escravidão, a Europa cuja sanha colonizadora nos deu forma e conteúdo, a América Latina de quem por vezes imaginamos estar separados, os EUA com sua miragem de um progresso intangível, e assim por diante. Está longe, pois, de se tratar de algo que se poderia nomear de “nacionalismo metodológico”; pelo contrário, *interpretar o Brasil* exige a capacidade invulgar para, como gosta de dizer Roberto Schwarz, *desprovincianizar* nosso olhar. E isso implica não apenas reconhecer em que somos determinados por causas que nos transcendem; implica ainda, o que é significativamente mais complexo, estar atento para “o alcance mundial que têm e podem ter as nossas esquisitices nacionais” (SCHWARZ, 1981, p.23).

Não há, neste sentido, confronto evidente entre a ideia de *interpretação do Brasil* e a ampliação das expressões políticas identitárias que ganham crescente força e relevância no cenário político nacional. A presente perspectiva foge de qualquer busca por uma essência nacional una e perdida – algo que soa caricato mesmo para muitas das clássicas interpretações do país –, pois cultiva, distintamente, sensibilidades que pretendem expor os muitos lugares e vozes que atravessam as reflexões atuais.

Ser *contemporâneo* de nosso próprio tempo exige, por sua vez, que se ponha em ação uma “relação especial entre os tempos” (AGAMBEN, 2009, p.71). A predisposição exigida para tal é bastante distinta daquela necessária para a mera observação obsessiva de um presente imediato. É preciso perceber a sobreposição dos tempos,

como em intrincada polirritmia à procura de quem a desvende. Como ensina Giorgio Agamben, quem coincide demais com o próprio tempo e se quer plenamente “adequado às suas pretensões” (Idem, p.58) perde o distanciamento necessário para apreender o presente em perspectiva. No caso do Brasil, o país do futuro segundo alguns, isso exige mais do que a arqueologia através das camadas de tempos passados que persistem a determinar o presente. Talvez seja necessário algo próximo àquilo que Álvaro Vieira Pinto concebeu, seguindo Leibniz, como o “ponto de vista do infinito” (Pinto, 1960, p.13); algo que, por certo, não será alcançado sem alguma heterodoxia.

Exemplar da apreensão desta sobreposição de tempos, a canção “As caravanas” (2017), de Chico Buarque, ilustra com notável densidade poética a multiplicidade de formas extra-acadêmicas pelas quais se expressam as interpretações do Brasil:

Com negros torsos nus deixam em polvorosa/A gente
ordeira e virtuosa que apela/Pra polícia despachar de
volta/O populacho pra favela/Ou pra Benguela, ou
pra Guiné. (...) E essa zoeira dentro da prisão/Crioulos
empilhados no porão/De caravelas no alto mar/ Tem que
bater, tem que matar, engrossa a gritaria (Buarque, 2017).

Em meio à crônica sobre a reação cotidiana da “gente ordeira e virtuosa” à presença de pobres e negros nas praias da rica orla carioca, a súbita combinação de referências ao tempo da escravidão aponta para a violência e o racismo como traços definidores da sociedade brasileira. Avesso contemporâneo das caravelas, as caravanas de Chico revelam a persistência de longevas estruturas de dominação e, ao mesmo tempo, sintetizam um movimento de afirmação da presença negra e de resistência aos vetores da exclusão. Há, nas caravelas, “crioulos empilhados no porão”, correlatos das prisões. Por outro lado, “não há barreira que retenha” as caravanas, cujos “estranhos” se fazem presentes onde menos são desejados, superando a polícia

e a “gente tão insana”. Assim como combina tempos, a canção mistura elementos de espaços aparentemente desconectados e faz ver, em mistura aparentemente insólita, os modos da figuração elitista deste *outro* que se deseja excluir, “Suburbanos tipo muçulmanos do Jacarezinho/A caminho do Jardim de Alá”.

Por fim, cumpre reiterar que não há interpretação possível do Brasil contemporâneo que não passe pela questão da *democracia*. Houve tempos em que o desenvolvimento foi o *leitmotiv*. Desde os anos 1960 até o final da década de 1980, as lutas pela redemocratização do país determinaram o terreno das interpretações. E à medida que, segundo o jargão, *as instituições democráticas estavam funcionando*, houve relativo deslocamento do tema da democracia pela questão das desigualdades a partir dos anos 1990. É evidente que os três eixos – desenvolvimento, democratização, desigualdades – não precisam ser, e não foram, tomados sempre em separado, mas houve ênfases diversas em cada um desses períodos. Parece-nos válido afirmar que, hoje, a democracia é mobilizada como o termo-síntese daqueles três eixos de interpretação.

No Brasil contemporâneo, qualquer levantamento, ainda que superficial e sem pretensões exaustivas, sobre os eventos que definem os contornos gerais do nosso tempo sublinha a centralidade da questão democrática. Senão vejamos. As *Jornadas de junho de 2013*, ambíguas em sua composição e contraditórias em seus efeitos, revelaram inequívoco descontentamento com os limites da democracia representativa – descontentamento cujas virtualidades democratizantes afetaram a dinâmica dos movimentos sociais, mas não chegaram a encontrar acolhida no Estado. A “*luta contra a corrupção*” promovida por setores das instituições do sistema de justiça insuflou uma agenda de retrocessos nas garantias individuais e advogou por um projeto específico para o país (CHALOUB e LIMA, 2018), extrapolando de suas atribuições legais e constituindo um aberrante “Partido da Justiça” (SINGER,

2018). O *golpe parlamentar*, consumado em 2016 com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, implodiu alguns dos requisitos para uma mínima vigência poliárquica da democracia, como o princípio de que os resultados eleitorais devem ser amplamente reconhecidos e acatados. Nesse contexto, a extrema direita tornou-se cada vez mais ruidosa e passou a ocupar as ruas, chegando mesmo a disputar o sentido histórico dos 21 anos de ditadura e abrindo, assim, um abismo que pode vir a tragar as instituições democráticas¹¹.

Enquanto escrevemos essas linhas, quase um terço do eleitorado brasileiro se vincula abertamente a um candidato que adere aos valores da violência militarista, do ódio contra a política e do preconceito contra mulheres, LGBTs, negros e pobres. Militares retomam protagonismo na esfera pública e pululam os discursos de explícita aversão a básicas garantias constitucionais. Foi aberta a caixa de Pandora onde, por algum tempo, pareciam (ao menos parcialmente) escondidos os entulhos autoritários da sociedade. Hoje interpretar o Brasil é se engajar numa disputa política que ganha imensas proporções e que, como em tantos outros momentos de nossa história, se vincula diretamente a tendências políticas do plano internacional. A crise da democracia representativa, e as respostas autoritárias a essa crise, estão longe de ser, como se sabe, questões meramente nacionais. É preciso, pois, que a interpretação, indissociável do engajamento, se ponha à altura da complexa tarefa de identificar como as particularidades nacionais se combinam com causas e efeitos que nos ultrapassam.

Não se trata, enfim, de luta meramente partidária, nem tampouco de escolher um dos lados em pretensa polarização de extremos equivalentes. A luta é por democracia, e para que a política possa permanecer como instância, sempre aperfeiçoável, de conflitos, deliberações e consensos.

11 Sobre a emergência de uma “nova direita” no Brasil, cf. CHALOUB e PERLATTO (2016).

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. São Paulo: Argos, 2007.
- ALEXANDER, J. C. "A importância dos clássicos". In GIDDENS, A; TURNER, J. (orgs). Teoria Social Hoje. São Paulo: UNESP, 1999.
- ALONSO, Angela. Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. São Paulo: ed. 34, 2005.
- AVRITZER, Leonardo. Impasses da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BARBOZA FILHO, Rubem. A modernização brasileira e o nosso pensamento político. Perspectivas, São Paulo, v. 37, p. 15-64, jan./jun. 2010.
- BASTOS, Elide Rugai. As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. São Paulo: Global, 2006.
- BOITO Jr., Armando. Reforma e crise política no Brasil: Os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo: Unesp, 2018.
- BOTELHO, André. Sequências de uma sociologia política brasileira. Dados vol.50 no.1 Rio de Janeiro, 2007.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Crise e reinvenção da política no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- CARVALHO, Laura. Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. RBCS Vol. 22 nº. 65 outubro/2007.
- CHALOUB, J. G. S.; LIMA, P. L. . Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil. Revista de Ciências Sociais (UFC), v. 49, p. 202-252, 2018.
- CHALOUB, J. G. S.; PERLATTO, Fernando . Intelectuais da 'nova direita' brasileira: ideias, retórica e prática política. Insight Inteligência , v. 1, p. 25-42, 2016.
- DOMINGUES, José Maurício. Esquerda: Crise e Futuro. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: a formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2000.

FERNANDES, Florestan. Desenvolvimento Histórico-social da Sociologia no Brasil. In: FERNANDES, Florestan. A Sociologia no Brasil. Contribuição Para o Estudo de sua Formação e Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977a.

_____. O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros. In: FERNANDES, Florestan. A Sociologia no Brasil. Contribuição Para o Estudo de sua Formação e Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977b.

FIORI, José Luís. O vôo da coruja, uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista, Eduerj, 1995.

FREITAS, Renan Springer de; FIGUEIREDO, Adriana Maria de. Por que esforços de síntese teórica são bem-sucedidos no cenário biológico e malogram no cenário sociológico?. Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]. 2009, vol.16, n.3, pp.729-745.

FREITAS, Renan Springer de. Uma cilada chamada “raciocínio teórico sistemático”. Novos estudos CEBRAP. São Paulo. V36.02, 2017, 145-156

JACKSON, Luís Carlos; BLANCO Alejandro. Sociologia no espelho. ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970). São Paulo: Editora 34, 2014.

JASMIN, M.G.; FERES Jr., J (Org). História dos conceitos: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC - Rio; Loyola. IUPERJ, 2006.

LAHUERTA, M.; BOTELHO, André Pereira . Pensamento brasileiro: interpretações, linguagens e linhagens. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 37, p. 07-14, 2010

LAMOUNIER, Bolívar. Liberais e antiliberais: A luta ideológica do nosso tempo. Companhia das Letras, 2016.

LESSA, Renato. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. Lua Nova, São Paulo, 82: 17-60, 2011.

LYNCH, Christian E. C. Por que pensamento e não teoria? a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). Dados vol.56 no.4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2013.

_____. Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico (1953-1955). Cad. CRH vol.28 no.73 Salvador Jan./Apr. 2015.

MAIA, João Marcelo Ehlert. O pensamento social brasileiro e a imaginação pós-colonial. Revista Estudos Políticos Número O – 2010/01

_____. Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. Soc. estado. vol.26 no.2 Brasília May/Aug. 2011.

_____. A sociologia periférica de Guerreiro Ramos. Cad. CRH vol.28 no.73 Salvador Jan./Apr. 2015.

MALAN, Pedro. Uma certa ideia de Brasil: Entre passado e futuro. São Paulo: Intrínseca, 2018.

MANNHEIM, Karl. Conservative Thought. In: Essays on Sociology and Social Psychology. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1959.

MARTINS, José de Souza. Do PT: das lutas sociais ao poder. São Paulo: Contexto, 2016.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

MICELI, Sérgio (org.). História das ciências sociais no Brasil. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 2001

NOBRE, Marcos. Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. O que significa “pensar o país”? Um debate a propósito de Por que o Brasil cresce pouco?, de Marcos Mendes. Novos estudos CEBRAP nº.100 São Paulo Nov. 2014.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. As possibilidades da política. Idéias para a reforma democrática do Estado. 1ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica da Razão dualista; O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PERLATTO, Fernando. A imaginação sociológica brasileira: a sociologia no Brasil e a sua vocação pública. São Paulo: CRV, 2016.

PERLATTO, Fernando; SOUSA, Diogo Tourino. Leituras de um Brasil em mudança: cientistas sociais, conjuntura política e a democracia brasileira. Mediações v. 24 nº2, 2018.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema nacional do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1960.

_____. A Crise do Poder no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1962.

_____. Introdução crítica à sociologia brasileira. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Renato Janine. A pátria educadora em colapso. São Paulo: Três estrelas, 2018.

SAFATLE, Vladimir. Só mais um esforço. São Paulo, Três estrelas, 2017.

SANTOS, Wanderley Guilherme; LYNCH, Christian E. C. (org.). A Imaginação política brasileira: cinco ensaios de história intelectual. Rio de Janeiro: Revan: 2017.

SANTOS, Wanderley Guilherme. O cálculo do conflito. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. O ex-leviatã brasileiro : do voto disperso ao clientelismo concentrado. Rio Janeiro : Civilização Brasileira, 2006.

_____. A democracia impedida: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas cidades, 1981.

SCHWARTZMANN, Simon. São Paulo e o Estado Nacional. São Paulo: Difel, 1975.

SINGER, André. O Lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Jessé. A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: UNB, 2000.

_____. A radiografia do golpe. São Paulo: LeYa,, 2017.

_____. A Elite do atraso; da escravidão à Lava Jato. São Paulo: LeYa,, 2017.

STAROBINSKI, Jean. É possível definir o ensaio? Remate de Males, Campinas-SP, (31.1-2): pp. 13-24, Jan./Dez. 2011.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. De um plano Collor a outro. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

_____. Weber e a interpretação do Brasil. Novos Estudos, CEBRAP, nº 53, 1999.

_____. A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

VIANNA, L. W.; CARVALHO, M. A. R.; PALACIOS, M.; BURGOS, M.. Judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

VIEIRA PINTO, Alvaro. Ideologia e desenvolvimento nacional. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.